INSTITUTO BRASILEIRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO - IBMR

BACHARELADO EM ENFERMAGEM

BIANCA DE ALMEIDA MOURA

CAROLINE SILVA FLORIANO

CRISTIELLY LORIANO PARANHOS

DANILO PEREIRA DE FREITAS LIMA

THAMARA BRAGANÇA BARBOSA

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A assistência da enfermagem no parto humanizado entre os anos 2019 e 2023.

Rio de Janeiro

2023

BIANCA DE ALMEIDA MOURA
CAROLINE SILVA FLORIANO
CRISTIELLY LORIANO PARANHOS
DANILO PEREIRA DE FREITAS LIMA
THAMARA BRAGANÇA BARBOSA

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A assistência da enfermagem no parto humanizado entre os anos 2019 e 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação – IBMR

Orientadora: Profª Viviane de Melo Souza

Rio de Janeiro

2023

RESUMO:

A violência obstétrica se caracteriza como todo procedimento ou ação realizada sem a prévia autorização da gestante, durante o pré-natal, trabalho de parto, parto e puerpério imediato; configurando em situações que seja desrespeitada sua autonomia, violando os seus direitos que resulte em sofrimento de ordem física ou emocional e ainda atendimento desumano e desrespeitoso que provoque humilhação, praticado pelos profissionais que prestam assistência à saúde. O objetivo geral do presente trabalho consiste em descrever as estratégias de enfrentamento quanto a violência obstétrica. Os objetivos específicos são: Caracterizar a violência obstétrica durante o período parturitivo e pré-natal, discutir estratégias de prevenção quanto a violência obstétrica e fomentar a importância da prevenção do profissional enfermeiro frente a violência obstétrica. Os resultados demonstram que a violência obstétrica pode se iniciar ainda durante o pré-natal, e se manifesta quando a gestante deixa de receber as orientações necessárias sobre a sua evolução gestacional.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Enfermagem; Prevenção; Parto; Humanização da assistência.

ABSTRACT:

Obstetric violence is characterized as any procedure or action carried out without the pregnant woman's prior authorization, during prenatal care, labor, childbirth and the immediate postpartum period; configuring situations in which their autonomy is disrespected, violating their rights resulting in physical or emotional suffering and also inhumane and disrespectful care that causes humiliation, practiced by professionals who provide health care. The general objective of this work is to describe coping strategies regarding obstetric violence. The specific objectives are: Characterize obstetric violence during the parturition and prenatal period, discuss prevention strategies regarding obstetric violence and promote the importance of prevention by professional nurses in the face of obstetric violence. The results demonstrate that obstetric violence can begin during prenatal care, and manifests itself when the pregnant woman fails to receive the necessary guidance on her gestational evolution.

Keywords: Obstetric violence; Nursing; Prevention; Part; Humanization of assistance.

Sumário

1. INTRODUÇÃO 4
1.1 OBJETIVOS 5
1.1.1 OBJETIVO GERAL 5
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 5
1.2 RELEVÂNCIA 5
1.3 MOTIVAÇÃO 6
1.4 JUSTIFICATIVA 7
2. A GESTAÇÃO E A DÁDIVA DO PARTO 8
2.1 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA 9
3. PAPEL DA PREVENÇÃO DO ENFERMEIRO EM CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA 10
4. PARTO HUMANIZADO 12
5. METODOLOGIA 14
6. RESULTADOS 17
7. DISCUSSÃO 20
8. CONCLUSÃO 23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 24

1. INTRODUÇÃO

A violência obstétrica se caracteriza como todo procedimento ou ação realizada sem a prévia autorização da gestante, durante o pré-natal, trabalho de parto, parto e puerpério imediato; configurando em situações que seja desrespeitada sua autonomia, violando os seus direitos que resulte em sofrimento de ordem física ou emocional e ainda atendimento desumano, desrespeitoso, que provoque humilhação, praticado pelos profissionais que prestam assistência à saúde (Coelho, *et al*., 2022).

A falta de abordagem do assunto evidencia que esta temática é uma questão que requer urgência um debate mais amplo, pois apesar de muitas políticas e programas desenvolvidos para a promoção da saúde da gestante em todas as fases da gravidez, parto e nascimento, ainda existem inúmeros episódios de violência obstétrica dentro das instituições de saúde, sejam públicas ou privadas (Nascimento e Souza, 2022).

Neste cenário há uma necessidade emergente de maior abrangência de ações que enfoque a prevenção deste problema, que diante da sua ocorrência além das repercussões negativas vivenciadas no momento que acontecem, reflete também em prejuízos para a saúde da mulher, podendo futuramente sofrer com as sequelas físicas ou psicológicas deixadas por este tipo de violência (Oliveira, *et al*., 2021).

O enfermeiro está inserido especialmente na Atenção Básica como responsável pelo desenvolvimento de ações de prevenção de agravos, promoção, proteção e recuperação da saúde. Em relação a violência obstétrica o fornecimento de orientações pertinentes ao problema é fundamental para otimizar o processo de educação em saúde da mulher que decidiu se tornar mãe (Oliveira, *et al*., 2021).

Para Medeiros e Nascimento (2022), alguns fatores estão ligados a ocorrência e favorecimento da violência obstétrica, dentre eles: o preconceito ligado à própria mulher acerca das suas condições socioeconômicas, da cor, da idade ou questões culturais; a falta de qualificação profissional dos trabalhadores na administração do cuidado humanístico ou até mesmo a negligência e falta de interesse em atender adequadamente a paciente; falta de conhecimento e/ou instrução da gestante; falta de estrutura das unidades hospitalares.

Tendo em vista a violência obstétrica como causa emergente associada à ausência de legislação vigente, buscou-se com esta revisão identificar nas pesquisas brasileiras as possíveis causas da violência obstétrica no Brasil, além de fomentar o papel do enfermeiro diante desse problema de saúde pública, descrevendo estratégias de enfrentamento.

1.1. Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever as estratégias de enfrentamento quanto a violência obstétrica.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a violência obstétrica durante o período parturitivo ou durante o pré-natal.
- Discutir estratégias de prevenção quanto a violência obstétrica.
- Fomentar a importância da prevenção do profissional de enfermagem quanto a violência obstétrica.

1.2 Relevância

A violência obstétrica é caracterizada como um ato completamente abusivo praticado contra as mulheres no período do pré-natal e período parturitivo, causando um grande trauma na mulher e consequentemente ao filho. Estudos apontam que as vertentes por trás dessas questões são mais serias do que se imaginam, tanto pela questão física que acomete a mulher quanto pelos aspectos emocionais e psicológicos.

Deste modo, os dados do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2021, uma em cada quatro mulheres no Brasil já sofreu abuso na violência obstétrica no território nacional, em uma análise mais profunda nos últimos 20 anos

esses dados em porcentagem demonstraram que 25% das mulheres em trabalho de parto já sofreram algum tipo de violência obstétrica (Oliveira, *et al*.,2021).

Justifica-se o presente estudo para ampliar o debate que enfoque as medidas preventivas que podem contribuir para que reduza a ocorrência deste evento durante a assistência da mulher gestante, melhorando sua experiência no parto e nascimento do seu filho, tornando-a única e singular, recebendo o atendimento humanizado necessário para a promoção da saúde.

1.3 Motivação

O parto humanizado visa preservar o contato humano, priorizando a escuta e o acolhimento, tão cruciais quanto a assistência física e a minimização das intervenções. A finalidade é centralizar a mulher no processo, conferindo-lhe controle sobre suas ações. A equipe multidisciplinar desempenha o papel de mediadora durante o parto. Humanizar o cuidado é de suma importância para assegurar que um evento singular como o parto seja vivenciado da melhor maneira possível, e estudos destacam os benefícios do modelo de atenção humanizada à mulher.

A motivação para estudar o presente tema liga-se ao fato de que no Brasil, a maioria dos partos ocorre em hospitais, embora, atualmente, as mulheres estejam buscando maior autonomia e optem por realizar o parto em casa de parto ou mesmo em casa. Diante desse cenário, o parto humanizado visa preservar o contato humano, incluindo a prática da escuta e do acolhimento.

Esses aspectos são tão significativos quanto a prestação de cuidados físicos e a redução das intervenções. O objetivo é centralizar a mulher no processo, conferindo-lhe controle sobre suas ações. A equipe multidisciplinar e, especialmente o profissional da enfermagem desempenha o papel de moderadora durante o processo de parturição.

1.4 Justificativa

A humanização no parto cria um ambiente de bem-estar para a gestante, proporcionando métodos para alívio da dor e redução da ansiedade, como mudanças de posição e outras práticas simples. Esse conceito respeita a individualidade das mulheres, destacando-as como protagonistas e adaptando o apoio às suas culturas,

crenças e valores. Compreender a humanização significa dar atenção às condições e necessidades do outro, reconhecendo que a base do trabalho do profissional de saúde é a relação humana.

No contexto da obstetrícia, a humanização favorece o uso de tecnologias e técnicas obstétricas de forma a maximizar os benefícios em relação aos riscos. Durante a gravidez, a gestante tem diversas necessidades que o cuidado deve atender, incluindo educação sobre as mudanças em seu corpo e preparação para o parto. Os profissionais devem oferecer suporte para despertar sensibilidade, consciência e respeito diante das situações emocionais conflitantes da gestante.

Em avanço nas questões do parto humanizado, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a "Lei do Parto Humanizado" (Lei nº. 5.534/15), buscando capacitar as mulheres para uma melhor gestão pré e pós-natal em unidades de saúde públicas e privadas no Distrito Federal. Essa legislação garante à gestante direitos como privacidade, tratamento digno, esclarecimento de dúvidas, presença do companheiro durante o trabalho de parto e autonomia na escolha do tipo de parto. Além disso, enfatiza o acesso a métodos não farmacológicos e apoio emocional de uma doula independente do parceiro.

2. A GESTAÇÃO E A DÁDIVA DO PARTO

A gestação é um dos momentos mais grandiosos para as mulheres de modo geral, provocando diversas alterações, seja no corpo, mente e hormonal que a prepara para a maternidade e o desenvolvimento para gerar um novo ser. São modificações assim complexas e individuais que vão variando de mulher para mulher e podem muitas vezes proporcionar medos, dúvidas, angústias ou simplesmente a curiosidade de saber o que está acontecendo com seu corpo (Leite, *et al*., 2022).

O vínculo criado entre mãe e filho durante a gestação é algo inimaginável, desde a construção, desenvolvimento e profundidade do afeto, a mãe gera laços concretizados antes e após o parto, um momento de interação de diversos fatores, como vinculo de amor e proteção. O parto gera uma sensação única na mulher, e é tratado como um dos momentos mais genuínos para a vida da mulher (Oliveira, *et al*., 2021).

Neste sentido é pertinente ressaltar que a mulher possui livre escolha acerca do nascimento do seu filho, devendo ser respeitada suas decisões, frente a manifestação do desejo da parturição natural; salvo apenas nos casos em que houver comprovação clínica que essa possibilidade ofereça riscos tanto a ela, quanto ao filho; devendo então o profissional explicar e indicar as melhores opções para que ela possa ter seu bebê em segurança (Nascimento *et al.,* 2022; Paiva *et al*., 2022).

Nessa razão, Medeiros e Nascimento (2022) afirmam que, por todo ápice da gestação e pelo vinculo criado em torno da mesma, o parto é o momento de concretização desse sonho da maternidade, o que deve ser de maneira calma, sem pressão, no tempo da mulher, em um ambiente harmonioso e com todo respeito pelo tempo da mulher e do seu filho que vem ao mundo, entretanto em muitas situações isso não acontece dessa maneira, e o processo de parto é marcado por momento de constrangimento, dor e pressão psicológica e física, o chamado violência obstétrica.

2.1 Violência Obstétrica

A violência obstétrica em sua modalidade física se caracteriza quando a integridade corporal da mulher é desrespeitada; onde os riscos e os prejuízos são maiores que o benefício; estão entre estes atos: a realização da episiotomia, conhecido popularmente como o pique vaginal; utilização da ocitocina indiscriminadamente; realização do toque repetida vezes ou quando não há indicação, este também pode se configurar como violência sexual; privar a mulher de receber alimentação adequada e água; negar a administração de analgésico quando há recomendação clínica; realização da manobra de Kristeller; submissão a cesariana sem indicação e desnecessária; negar a parturiente escolha a posição em que deseja parir, sendo obrigada a permanecer na posição que o profissional indicar (Leite, *et al*., 2022).

Outros fatores são categorizados também como violência obstétrica; o abuso verbal, psicológico e moral ocorrem quando a mulher é humilhada em decorrência do seu estado clínico, ferindo assim os princípios da dignidade humana; estes tipos de violência se classificam quando há: xingamentos, constrangimento por fala desnecessárias e preconceituosas, humilhações seja pela cor, idade, número de filhos ou peso atual; falas em tons agressivos; culpar a parturiente por alguma intercorrência

no parto; pressão psicológica com intuito de amedrontar a mulher (Brandão, *et al.*, 2022).

Pode ser manifestada ainda a violência obstétrica na negação do primeiro contato pele a pele da mãe com o filho, sem a explicação necessária; interromper e dificultar o aleitamento materno na primeira hora de vida, sem indicação ou recomendação dos órgãos de saúde; impedir que a mulher tenha livre locomoção; proibir a presença do acompanhante de livre escolha, proibir qualquer que seja a expressão de dor da mulher (Borba, *et al*., 2022).

No entanto há agravamento das situações que envolvem a violência obstétrica, quando esta vai além e pode resultar em agressão física, abuso sexual e estrupo, evidenciando assim a necessidade de intervenções urgentes, relacionadas a este problema. No Brasil ainda não há uma lei especifica que tipifica estes atos como crime, apenas tramita no Senado um Projeto de Lei; mas é importante ressaltar que quem praticou não saíra impune mediante a denúncia da paciente, que será enquadrado de acordo com o contexto do acontecimento nas leis já existentes (Maklouf, *et al*., 2022).

Diante disto é importante a gestante conhecer seus direitos para prevenir este tipo de situação.

3. PAPEL DA PREVENÇÃO DO ENFERMEIRO EM CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A enfermagem é uma área com grandes desenvolvimentos de proteção e assistência em questões relacionadas a saúde da mulher de modo geral, promovendo assim mais segurança para as mesmas, com acolhimento necessário e conceituando na prática as políticas públicas que circundam a atenção à saúde da mulher, proteção e cuidado no parto e puerpério (Leite, *et al*., 2022).

Deste modo, o cuidado é uma das questões fundamentais dentro da área da enfermagem, assim sendo, dentro do processo de cuidado tem a prevenção que é um eixo que tende a cuidar antes que aconteça, como o nome já diz, prevenir, precaver, e assim a enfermagem atua de maneira árdua em muitas situações durante a assistência, seja na assistência de pré-natal com as orientações ou mesmo no momento do parto, o enfermeiro possui mecanismos baseados em prática e teoria que

tende a prevenir ações de violência contra a mulher em momentos do parto (Nascimento e Souza, 2022).

Ismael, *et al* (2020), afirma que o enfermeiro está frente do cuidado humanizado, garantindo a assistência de qualidade, fornecendo o apoio emocional a mulher, com respeito, sem julgamento e agindo com empatia e ética profissional; auxilia também no acolhimento da gestante da maternidade, que após a admissão encaminha para que ela tenha acesso ao leito limpo, com ventilação e iluminação adequada, mantendo sua privacidade; ofertando também a alimentação apropriada.

Como forma de prevenir este problema é crucial que o enfermeiro estabeleça um diálogo aberto em que a gestante se sinta confiante e a vontade para fazer seus questionamentos e sanar suas dúvidas relacionadas a todo o processo gestacional, parto e puerpério, pois a falta de conhecimento leva a desinformação, que resulta no descumprimento da garantia do atendimento seguro e de qualidade (Holanda, *et al*., 2019).

Durante as consultas o enfermeiro deve abordar com a gestante a realização do parto normal, explicando os seus benefícios e suas vantagens, para assim impedir que ela seja submetida a cesariana sem nenhuma necessidade; quando houver a indicação do procedimento cirúrgico esclarecer a ela, por qual motivo o parto normal não é indicado, deixando-a informada de todas as suas condições de saúde, bem como a informação do crescimento e desenvolvimento fetal durante todo o período gestacional (Oliveira, *et al.,* 2021).

Deve também fazer parte do plano de prevenção a violência obstétrica o esclarecimento a gestante dos procedimentos considerados desnecessários, pois muitas são submetidas a situações inapropriadas por desconhecer acerca do assunto, como por exemplo a negação do acompanhante que é garantido pela Lei n. 11.108/2005, podendo a pessoa de livre escolha da gestante permanecer durante o trabalho de parto, parto e no pós-parto imediato até o momento da alta da maternidade (Souza, *et al*., 2022).

Deste modo, orientar a paciente a reconhecer quando os seus direitos estão sendo desrespeitados é fundamental para prevenir esta prática; frente a sua ocorrência é essencial que ela saiba como agir e esteja ciente de onde procurar ajuda, devendo o enfermeiro no planejamento das consultas instruí-la que nestas circunstâncias ela pode estar denunciando os casos na direção da própria instituição

onde ocorreu a violência; no disque 180; para os respectivos conselhos Conselho Regional de Medicina (CRM) e Conselho Regional de Enfermagem (COREN); procurar a Defensoria Pública, acionar advogado particular e em casos de algum crime ir à polícia. Desta forma ela estará amparada legalmente caso ocorra algum evento que configure a violência obstétrica (Oliveira, *et al*., 2021).

Diante deste contexto, a principal forma de prevenir este tipo de violência é o conhecimento da mulher acerca dos seus direitos, impedindo que ela seja submetida a qualquer forma de atendimento que seja desrespeitoso; assim a intervenção preventiva deve se iniciar desde as consultas do pré-natal, estando a frente destas ações o enfermeiro, por ser o profissional que realiza estas consultas juntamente com o médico na Atenção Básica (Ribeiro *et al*., 2020; Ismael *et al*., 2020).

4. PARTO HUMANIZADO

O acolhimento estabelecimento de vínculos e atenção às necessidades do paciente, incluindo a prática da escuta ativa, valorização das queixas e identificação das necessidades primárias e secundárias, é crucial para um tratamento eficaz.

Desde a década de 1930, o Brasil tem trabalhado na melhoria da qualidade dos serviços hospitalares, implementando protocolos, sistemas, programas e políticas. Nesse contexto, o Ministério da Saúde introduziu a PNH em 2004 para atender aos usuários dos serviços de urgência e emergência, reconhecendo os desafios enfrentados pelos enfermeiros devido ao alto volume de chamadas e filas de espera no sistema hospitalar de emergência. (Carmo, 2018).

Dentro de um mesmo hospital, diferentes departamentos especializados desempenham responsabilidades diversas, enfrentando demandas internas e externas de complexidade e intensidade variadas. Isso gera níveis distintos de ansiedade e estresse para a equipe.

Destaca-se que um dos profissionais mais presentes na assistência à saúde é o enfermeiro. Sua posição, muitas vezes como a primeira pessoa a interagir com uma vítima de violência, contribui para fortalecer o vínculo na relação, facilitando o acesso a informações que podem não ser obtidas por outros membros da equipe médica, que não possuem a mesma proximidade.

Enfermeiros desempenham um papel crucial e influente na área da saúde. Sua presença como os primeiros a abordar uma vítima de violência fortalece ainda mais o relacionamento, possibilitando o acesso a informações que podem ser menos acessíveis para outros profissionais de saúde. (Aguiar et al, 2018).

É importante destacar que entre os profissionais que desempenham um papel proeminente na assistência à saúde encontra-se o enfermeiro. Sua posição muitas vezes como o primeiro contato com uma vítima de violência é crucial para fortalecer o vínculo na relação, facilitando o acesso a informações que podem não ser acessíveis a outros membros da equipe médica, devido à falta de proximidade.

O acolhimento não é uma etapa isolada nos serviços de saúde; ao contrário, é uma prática que deve ocorrer de maneira abrangente e regular em todas as interações entre os profissionais de saúde e os pacientes que necessitam de atendimento. Muitos autores o consideram uma ferramenta para estabelecer um relacionamento significativo com os pacientes, criando uma "rede de conversações".

Dessa forma, o acolhimento se torna uma abordagem eficaz para a prestação de serviços técnicos e assistenciais nas unidades de saúde. Seu objetivo é ampliar a corresponsabilidade dos profissionais de saúde, promovendo a formação de uma rede assistencial e instigando uma transformação efetiva na atenção ao paciente, bem como na gestão dos processos administrativos no contexto do tratamento de saúde.

Segundo Sousa et al (2019), a humanização é caracterizada como o processo de conferir caráter humano, proporcionar condições humanas, civilizar e buscar a humanização. Em suas diversas manifestações, a humanização da assistência representa uma transformação na compreensão do parto como uma experiência humana. Para aqueles que prestam assistência, esse processo implica uma modificação nas abordagens diante do sofrimento alheio.

Para Silva; Invenção (2018), a humanização e os cuidados no ambiente hospitalar surgem em resposta às demandas exclusivamente biológicas, vinculadas à tecnologia. Essa abordagem reflete a ideia de que a equipe de saúde desempenha um papel crucial ao aplicar todo o conhecimento do cuidado humanizado durante o atendimento ao paciente.

Já de acordo com Noronha et al (2020), humanizar os cuidados implica em respeitar a individualidade de cada paciente, buscando estabelecer um ambiente de saúde que proporcione atendimento igualitário, garantindo o acesso legítimo aos

cuidados necessários. Cuidar do paciente de maneira humanizada significa que o médico deve oferecer um atendimento próximo e consciente. Além disso, o profissional de saúde deve ter clareza de seus princípios e papel, respeitando o paciente e proporcionando um atendimento humanizado, mesmo diante da sobrecarga de trabalho. Isso demanda o comprometimento em oferecer um serviço de qualidade, evitando comprometer sua função.

A necessidade de humanização nos cuidados hospitalares ressalta a importância de evitar a fragmentação do ser humano. Humanizar os serviços de saúde exige respeito e consideração no atendimento médico, o que implica em ouvir o paciente, ser atencioso e tolerante, buscando compreendê-lo de maneira individualizada (Noronha et al, 2020).

Na assistência ao parto, o termo "humanizar" adquire uma conotação de cuidado e atenção às parturientes, tanto no Brasil quanto em diversas partes do mundo. A enfermagem desempenha um papel proeminente nesse contexto, dada a sua proximidade significativa com as gestantes. Nos tempos modernos, a enfermagem reivindica seu papel humanizador no atendimento durante o parto, buscando resolver a questão da parturição de forma menos dolorosa e com qualidade de vida, tanto para a mulher quanto para o recém-nascido (Da Silva, 2022).

A assistência nesse processo deve ser focada na mãe e no bebê, proporcionando segurança, tranquilidade e respeitando suas vontades, desde o acolhimento até a escolha da posição mais confortável. Mães de primeira viagem muitas vezes enfrentam incertezas, temores e preocupações, influenciadas por opiniões externas, falta de informação ou decisões médicas que podem levar à desumanização (Nascimento, 2019).

Da Silva (2022) esclarece que no Brasil, o movimento de humanização do parto tem ganhado destaque, sendo impulsionado em diversos estados e municípios. Inicialmente inspirado por profissionais que retomaram técnicas tradicionais de parteiras e indígenas na década de 1970, o interesse pelo tema cresceu, levando à criação da Rede de Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna) em 1993.

Nesse contexto, a Política de Humanização da Atenção e Gestão (PNH), implementada em 2003 no Sistema Único de Saúde (SUS), representa uma iniciativa inovadora. Seu objetivo é aprimorar as práticas de gestão e saúde, desafiando a criação de novas atitudes entre trabalhadores, gestores e usuários em relação à

humanização, incluindo éticas de trabalho democráticas e humanizadas na área da saúde.

As iniciativas de "humanização" envolvem comportamentos individuais com dimensões coletivas, buscando integrar ações educativas e incluir diversos participantes nos processos produtivos do setor saúde, bem como na formação dos profissionais de saúde.

Optar pelo parto normal traz benefícios como recuperação mais ágil, menor risco de infecções pós-parto, descida do leite durante o parto e fortalecimento do vínculo entre mãe e bebê. Para os recém-nascidos, facilita a respiração e expulsão de líquidos dos pulmões. O pós-parto requer adaptação psicológica, com mudanças hormonais que afetam o equilíbrio da gestante. Alterações de humor são comuns, mas persistindo, é recomendado buscar orientação médica para evitar a depressão pós-parto (Nascimento, 2019).

5. METODOLOGIA

Este artigo trata-se de uma revisão de literatura, que de acordo com Casarin *et al* (2020), é aquela pesquisa realizada através da análise de artigos já publicados por outros autores nas bases de dados acerca do tema pré-definido, se caracterizando assim pela leitura destes trabalhos para embasamento teórico da pesquisa bibliográfica.

O estudo possui caráter qualitativo, já que será feita a pesquisa acerca da violência obstétrica abordando o seu conceito e causas, sendo realizada uma leitura seletiva acerca deste assunto. As questões norteadoras foram: “Quais as principais causas da violência obstétrica identificadas nas pesquisas?” e "Qual o papel do enfermeiro no enfrentamento da violência obstétrica?".

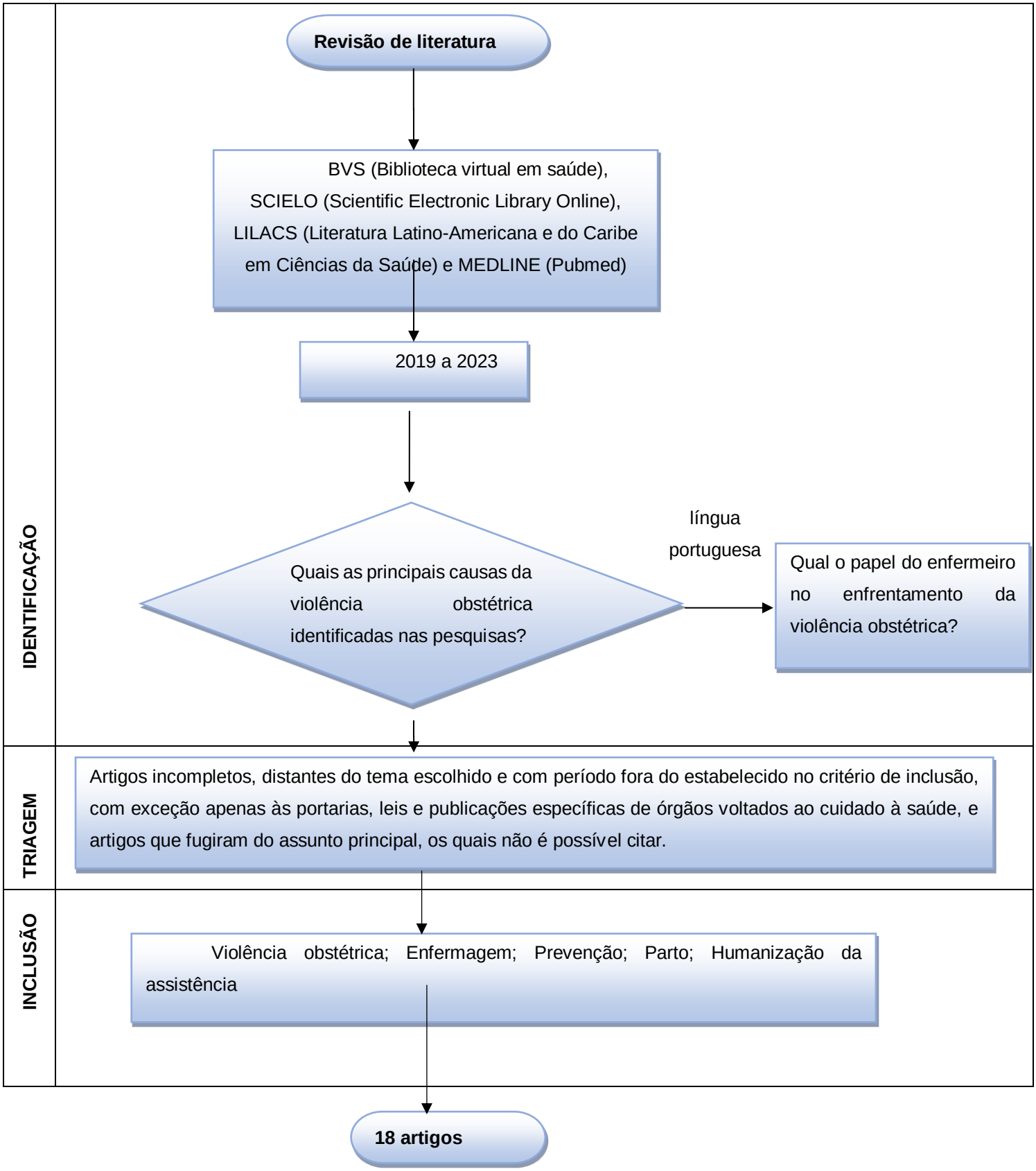
Buscando responder as perguntas norteadoras foi realizada uma pesquisa nas bases de dados como BVS (Biblioteca virtual em saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e MEDLINE (Pubmed) no período de 2019 a 2023 em língua portuguesa. Utilizou-se os descritores: Violência obstétrica; Enfermagem; Prevenção; Parto; Humanização da assistência.

Foram considerados como critérios de inclusão artigos de publicação do período de 2019 a 2023 e artigos com conteúdo relacionados a violência obstétrica e ao papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica.

Foram considerados como critérios de exclusão artigos incompletos, distantes do tema escolhido e com período fora do estabelecido no critério de inclusão, com exceção apenas às portarias, leis e publicações específicas de órgãos voltados ao cuidado à saúde, e artigos que fugiram do assunto principal, os quais não é possível citar.

Após a pesquisa, selecionamos 18 artigos que mais abordaram o tema escolhido para a realização da revisão bibliográfica.

Fluxograma prisma


IDENTIFICAÇÃO
Revisão de literatura
BVS (Biblioteca virtual em saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e MEDLINE (Pubmed)
2019 a 2023
Quais as principais causas da violência obstétrica identificadas nas pesquisas?
língua portuguesa
Qual o papel do enfermeiro no enfrentamento da violência obstétrica?
TRIAGEM
Artigos incompletos, distantes do tema escolhido e com período fora do estabelecido no critério de inclusão, com exceção apenas às portarias, leis e publicações específicas de órgãos voltados ao cuidado à saúde, e artigos que fugiram do assunto principal, os quais não é possível citar.
INCLUSÃO
Violência obstétrica; Enfermagem; Prevenção; Parto; Humanização da assistência
18 artigos

6. RESULTADOS

De acordo com a proposta acadêmica e mediante as análises realizadas no presente artigo e com todo contexto de busca nos indexadores já mencionados na metodologia desse artigo, foram selecionados artigos que contemplavam e corroboravam com a metodologia e desenvolvimento dos objetivos propostos para a formulação do mesmo.

Para possibilitar uma melhor análise e compreensão dos artigos foi elaborado um quadro sinóptico, conforme verificado a seguir no Quadro 01.

Todos os artigos procedem do Brasil. Quanto a metodologia empregada, todos foram de abordagem qualitativa, com variações nos instrumentos de coletas de dados: estudo de caso, revisão integrativa e de literatura, onde a maioria dos autores são profissionais da saúde ou acadêmicos de enfermagem.

Quadro 1: Publicações e autores utilizados para essa pesquisa. Brasil, 2023.

Ano	Título	Autor	Periódico	Objetivo	Achados
2020	Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura	CASTRO, Antônia Tainá Bezerra; ROCHA, Sibele Pontes	Enfermagem em foco	Identificar na literatura cientifica o que aponta sobre a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem para prevenção desta ocorrência.	É necessário políticas públicas eficazes e o fornecimento de capacitação para os profissionais de enfermagem, tendo em vista uma assistência humanizada.
2023	As condutas de enfermagem no manejo dos atos de violência obstétrica e suas consequências na saúde da parturiente.	Dos Santos et al (2023).	Reinpec – Revista interdisciplinar do pensamento científico.	Analisar as condutas de enfermagem no manejo da violência obstétrica nas redes de saúde.	Foi possível comprovar a importância do enfermeiro obstetra na assistência prestada durante toda gestação, que vai do pré-natal ao pós parto, incluindo condutas que podem contribuir para a humanização.
2021	Contribuições da enfermagem para prevenção da violência obstétrica.	OLIVEIRA, Alaide Liziane Lopes da Silva de et al.	Uniceplac	Compreender, a importância dos profissionais de enfermagem no que tange o tratamento e atendimento das às gestantes e puérperas, bem como analisar como a humanização nos protocolos de	Os Hospitais, ao invés de acolher, se tornaram espaços onde a mulher é somente e não tem controle nem mesmo do seu corpo, de forma desumanizada, sem liberdade de escolha, sem autonomia e

				atendimento propicia uma melhora significativa na recuperação física e emocional dessas mulheres.	protagonismo.
2022	Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica.	SOUZA, Ana Cristina Oliveira et al.	Congresso Científico da Faculdade de Enfermagem da UNICAMP	Analisar atuação do enfermeiro na prevenção da Violência Obstétrica, identificando as principais causas da VO.	Com base nos artigos mesmo com uma alta incidência de VO, a vulnerabilidade que a parturiente vivencia durante o parto acarreta na dificuldade de identificar a violência obstétrica, o que levanta a necessidade de estar acompanhada por um profissional que respeite seus direitos e que saiba identificar e prevenir a VO.
2019	Atuação do enfermeiro na assistência humanizada ao parto e na prevenção da violência obstétrica.	HOLANDA, Karla Yvina Fernandes et al.	ANAIS DO I WORKSHOP REGIONAL INTERDISCIPLINAR SOBRE ESPECIALIDADES EM SAÚDE: CAMINHOS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO.	Identificar, através da literatura científica, as principais condutas do enfermeiro na assistência humanizada ao parto e na prevenção da violência obstétrica.	Observa-se a importância do papel da enfermagem na assistência humanizada ao parto, trazendo segurança em todo o processo da gestação e parto, propagando informações, incentivando a autonomia e protagonismo da mulher e criando um vínculo com a gestante e seus familiares, valorizando a mulher de maneira empática, respeitosa e singular e garantindo um ambiente acolhedor e seguro a mesma.
2022	Atribuições do enfermeiro frente à prevenção da violência obstétrica.	MAKLOUF, Cristhian Conceição et al.	Research, Society and Development,	Realizar uma busca na literatura sobre a atuação do enfermeiro mediante a violência obstétrica, em conjunto com a adoção de possíveis medidas preventivas adotadas por esse profissional.	No que tange a violência obstétrica e os cuidados para prevenção desses casos, torna-se necessário conceituar sobre as violências que acontece antes, durante e após o parto, sendo de suma importância o cuidado especial para essas mulheres vítimas de abuso.
2022	Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa.	BORBA, Beatriz Domingues et al.	Anima Educação	Descrever, de acordo com a literatura existente, a atuação do Enfermeiro na prevenção da violência obstétrica.	Os resultados esclareceram a grande importância do enfermeiro, sendo este profissional o agente principal na mudança da assistência prestada à parturiente e ao RN,

					capazes de estabelecer estratégias de boas práticas, com propósito de melhorias na assistência e efetuando um serviço de qualidade e um atendimento humanizado.
2022	Atuação do enfermeiro obstetra na prevenção da violência obstétrica.	BRANDÃO, Ariadney et al.	Revista Multidisciplinar em Saúde	Descrever a importância do Enfermeiro Obstetra na prevenção da violência obstétrica.	Foram selecionados 10 artigos para amostra deste estudo e todos ressaltavam a importância da prevenção da violência obstétrica e da equipe de saúde na identificação e eliminação das possíveis causas dessa violência. Enfoca ainda, a necessidade do enfermeiro no acolhimento, na escuta ativa, apoio físico e emocional às gestantes e parturientes.
2022	Atuação do enfermeiro nas medidas para prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa.	SANTOS, Gisele Vieira.	Anima Educação	Descrever conhecimentos sobre a importância da atuação do enfermeiro nas medidas para prevenção da violência obstétrica.	Os estudos incluídos nesta revisão foram publicados em revistas de enfermagem. As evidências foram sintetizadas em três eixos condutores: Manifestação da violência obstétrica no cotidiano assistencial.
2022	O papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica: revisão integrativa	SANTOS, Lara Heloísa da Silva; OLIVEIRA, Natasha Camilo da Silva	Google acadêmico	Descrever o que a literatura científica nacional e internacional apresenta, acerca do papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica.	Apesar das políticas de saúde criadas para a melhoria da assistência ao parto, o modelo assistencial vigente corrobora para a persistência da violência obstétrica. Dessa forma, torna-se relevante o desenvolvimento de práticas que modifiquem a realidade atual e visem a melhoria da assistência à parturiente.

7. DISCUSSÃO

O período de gestação é uma fase única para as mulheres, marcada pela criação de expectativas em relação aos seus filhos e ao primeiro encontro. No entanto, é no momento do parto que essas expectativas se concretizam. Por outro lado, surge

o temor em relação ao parto, considerando-o um momento doloroso e de vulnerabilidade para a parturiente. Nesse contexto, casos de violência obstétrica (VO) podem ocorrer, muitas vezes passando despercebidos (Souza; Silva, 2022).

O parto representa um momento crucial na vida da mulher, marcando a transição para o papel de mãe. Este evento é vivenciado de maneira única, influenciado por fatores psicológicos, emocionais e sociais, com forte impacto cultural (Castro, 2020).

Antigamente, as parteiras desempenhavam um papel fundamental, conduzindo o processo de nascimento no ambiente domiciliar, cercado por pessoas conhecidas. Era um evento natural, buscando conforto e alegria para a parturiente.

Contudo, ao longo do tempo, o parto passou por uma institucionalização, com o domínio do conhecimento médico, resultando na medicalização do processo. Esse fenômeno cresceu nas décadas de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, levando a uma mudança significativa, onde cerca de 90% dos partos passaram a ocorrer em hospitais, com práticas mecanizadas, fragmentadas e desumanas. Essa abordagem incluiu intervenções desnecessárias e, em muitos casos, sem fundamentação científica, resultando na perda da autonomia da mulher durante o parto. Atualmente, a maioria dos nascimentos no Brasil ocorre em instituições de saúde, atingindo aproximadamente 98% (Castro, 2020).

Moura et al (2020) acrescenta que a violência obstétrica está presente no cuidado à mulher durante o pré-parto, parto e pós-parto por parte dos profissionais de saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS) caracteriza a violência obstétrica como qualquer comportamento desrespeitoso e desumanizado, incluindo práticas como o uso indiscriminado de ocitocina sintética, manobra de Kristeller, episiotomia, além de negligência e maus-tratos à parturiente e ao recém-nascido. Essas ações podem causar danos físicos e psíquicos, abrangendo todos os níveis de assistência, desde baixa até alta complexidade.

Para Borba, et al, (2022) a violência obstétrica (VO) refere-se a ações ou intervenções desnecessárias e/ou sem indicação clínica praticadas pelos profissionais de saúde, tanto em relação à parturiente quanto ao recém-nascido. Estudos indicam que muitas mulheres enfrentam algum tipo de violência durante o parto e no pós-parto. A maternidade é frequentemente considerada uma experiência extremamente significativa e única para as mulheres. Contudo, quando esse processo é marcado por

violência, torna-se uma vivência dolorosa e angustiante, podendo resultar em traumas.

Holanda (2022) corrobora explicando que a definição da violência obstétrica pela Organização Mundial de Saúde (OMS) abrange qualquer ação que seja desrespeitosa, desumanizada, negligente ou que se configure como maus-tratos físicos ou psicológicos à parturiente e ao recém-nascido (RN). O período da maternidade é caracterizado por mudanças físicas e psicológicas, e a ocorrência de violência obstétrica durante esse momento sensível é um problema crescente e persistente nas práticas de cuidado à mulher durante o parto. Essa questão envolve aspectos econômicos, sociais, raciais, de gênero e institucionais.

Brandão et al (2022) ensina que por ser caracterizada por uma série de abusos à integridade física, psicológica e moral da gestante, a violência obstétrica manifesta-se por meio de práticas hospitalares intervencionistas e desnecessárias por parte dos profissionais de saúde. Essa violência, muitas vezes velada, ocorre quando são impostas dificuldades ou negado o acesso aos serviços de saúde, resultando em desgaste e insegurança para a gestante. Portanto, é de extrema importância fornecer correta instrução às mulheres durante o pré-natal, capacitando-as a tomar decisões informadas sobre seus corpos, gestação e parto. Nessa perspectiva, é crucial orientar essas gestantes sobre o que constitui violência obstétrica, capacitando-as a identificar, argumentar e denunciar situações de desrespeito.

Dos Santos et al (2023), por sua vez, em estudo, observou que possível observar a superficialidade do conhecimento dos enfermeiros da atenção primária no que diz respeito à violência obstétrica. Além disso, identificou-se a falta de preparo profissional para abordar esse tema com gestantes durante o pré-natal. Essa constatação destaca a urgência de investimentos na formação e qualificação contínua desses profissionais, visando contribuir para aprimoramentos no processo de assistência.

Oliveira; Souza (2021) explicam que a assistência à gestante e puérpera necessita ser abrangente, acolhedora e atenciosa. A integralidade deve ser resultado da colaboração e convergência dos diversos conhecimentos de uma equipe multiprofissional, no contexto específico e singular dos serviços de saúde. Além disso, a gestão do cuidado vai além do desempenho de uma função profissional, transformando-se em um relacionamento que transcende a metodologia e a técnica,

encontrando expressão no respeito, confiança, interesse, preocupação e apoio, elementos que extrapolam os processos formativos, pois são, acima de tudo, humanos.

No Brasil, a Política Nacional de Humanização foi implementada para reduzir iniquidades durante o trabalho de parto, buscando modificar o modelo vigente. A humanização visa respeitar as particularidades das parturientes, proporcionar visibilidade e escuta ativa, adaptando a assistência a suas culturas, crenças e valores.

Além disso, concede à gestante o controle do processo de trabalho de parto, assegurando seu protagonismo e ciência dos direitos reprodutivos, como integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade. Considerando que a equipe de enfermagem passa a maior parte de sua carga horária em contato com os pacientes, é evidente sua disposição para desenvolver a advocacia em enfermagem.

É crucial garantir a presença de profissionais dedicados aos cuidados obstétricos, que não devem ser negligenciados durante e após o parto. Toda mulher tem o direito a precauções e cuidados adequados, como acesso à informação, liberdade de escolha, tratamento livre de danos, acompanhante durante o processo gestacional, recebimento de todos os cuidados necessários, tratamento igualitário, respeito por parte da equipe e ausência de discriminações.

O papel do enfermeiro durante o parto pode contribuir significativamente para reduzir abusos contra as mulheres, evitando intervenções desnecessárias em diversas práticas. Essas ações incluem a presença de familiares durante o trabalho de parto, utilização de partograma, restrição do uso de ocitócicos no pós-parto, adoção de posições não supinas durante o parto, e garantia de contato pele a pele entre a mãe e o recém-nascido por pelo menos 30 minutos. Essas práticas, aliadas a ações que minimizam desconfortos emocionais e físicos, buscam promover uma vivência saudável da gestação, parto e puerpério, restabelecendo a autoconfiança da mulher e respeitando os princípios da humanização baseada em evidências (Maklouf, et al, 2022).

Ainda, conforme ensina Santos (2022) o enfermeiro desempenha um papel crucial na prevenção da violência obstétrica, baseando sua formação no cuidado. Sua responsabilidade inclui instilar na equipe os princípios de uma atenção humanizada e facilitar a promoção de práticas preventivas contra violências. Além disso, é incumbência do enfermeiro orientar a gestante sobre condutas inadequadas

realizadas por profissionais de saúde, contribuindo assim para a educação em saúde desde o pré-natal. O cuidado oferecido pelo enfermeiro pode resultar em diversos benefícios para a mulher, incluindo a redução de procedimentos invasivos, como partos instrumentalizados com fórceps e vácuo extrator, e episiotomias sem critérios, que caracterizam a violência obstétrica.

8. CONCLUSÃO

O período gestacional é uma fase que ocorrerem diversas transformações emocionais, além do medo, angustia e o desconforto físico o estado mental da mulher fica frágil devido a tanta pressão que pode ocorrer durante esse período, o que pode resultar no aparecimento de transtornos mentais. Pois além de ser um período que exige que a mulher se adapte a sua nova vida, ela ainda terá que lidar com as consequências de ter sido vítima de uma violência, durante um dos períodos mais transformadores de sua vida.

Portanto, além da mulher sofrer com as modificações do período gestacional, ela ainda terá que lidar com os danos físicos e psicológicos de ter sofrido uma violência obstétrica, danos estes que podem perdurar por toda a sua vida, sendo estes: depressão, ansiedade, traumas, medo de uma nova gestação, por ter tido uma experencia traumática anteriormente.

Nesse contexto o enfermeiro obstétrico desempenha um papel integral no cuidado à parturiente, fornecendo serviços especializados com embasamento científico e adotando uma abordagem holística. Seu objetivo é prevenir a violência obstétrica e reduzir os índices de mortalidade materna. Diante da manifestação da violência obstétrica nas relações de poder, a equipe de enfermagem deve abordar a situação de maneira coerente, respeitando os limites e desejos da gestante.

Destaca-se o impacto positivo do trabalho de advocacia em enfermagem na redução da violência obstétrica. O empoderamento profissional, associado ao senso de responsabilidade, capacita o enfermeiro para atuar como defensor dos direitos da parturiente, sendo o profissional mais propenso a advogar devido ao contato frequente com a usuária do serviço e à continuidade do cuidado.

A compreensão dos fatores predisponentes à violência obstétrica possibilita um melhor preparo da equipe multiprofissional e melhora na qualidade do atendimento. Portanto, a inclusão desse tema na graduação, aliada ao desenvolvimento de educação continuada/permanente durante a prática profissional, é fundamental para transformar essa realidade. Além disso, a sensibilização e investimento profissional nessa área de atuação são essenciais para aumentar o número de enfermeiros obstetras capazes de intervir e reduzir a violência obstétrica no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Cristiane Belas. Teste do coraçãozinho: importância da oximetria de pulso em neonatos para detecção precoce de cardiopatias. **REAS, Revista Eletrônica Acervo Saúde.** Vol. Sup. 12, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.acervosaude.com.br/doc/REAS258.pdf. Acesso em 25 de nov. de 2023.

BORBA, Beatriz Domingues et al. **ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA:** uma revisão integrativa. 2022. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/7af7304a-7578-495f-8cc4-a26abeb975ac

BRANDÃO, Ariadney et al. ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO OBSTETRA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, 2022. Disponível em: https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rems/article/view/3402. Acesso em 25 de nov. de 2023.

CARMO, Bruna Ambrosio do; Souza, Gilberto de. Atuação do enfermeiro na classificação de risco através do protocolo de manchester: uma revisão da literatura. **REAS, Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2018. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/issue/view/43. Acesso em 25 de nov. de 2023.

CASARIN, S. T., Porto, A. R., Gabatz, R. I. B., Bonow, C. A., Ribeiro, J. P., & Mota, M. S. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do **Journal of Nursing and Health**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 5. Disponível em:

https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/19924. Acesso em 29 set 2023.

CASTRO, ANTONIA TAINÁ BEZERRA; ROCHA, SIBELE PONTES. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enferm. foco** (Brasília) ; v.11, n.1,p. 176-181, jun. 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1103027. Acesso em 25 de nov. de 2023.

COELHO, Carla Fonseca, Aldine de Souza Rosa, Isabella Guimarães Borges, Eduarda de Castro Bortolini Altoé, Caroline da Cunha Santos, Luis Cláudio da Motta Barbosa, Ana Luiza de Oliveira Melanias, Raíza Araújo Peixoto Pinto, Mirella Cecilia Côrrea Lima, Gabriela Chaves Mendes Justino. Impactos da violência obstétrica às mulheres brasileiras: uma revisão integrativa. **Global Academic Nursing Journal**, Minas Gerais, v. 3, n. Spe. 2, p. e282, 2022. Disponível em: https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/397. Acesso em: 26 set 2023.

DA SILVA SANTOS, Lara Heloísa et al. O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista Científica da FacMais**, v. 20, n. 1, p. 128-147, 2023. Disponível em: https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/view/88. Acesso em 25 de nov. de 2023.

DA SILVA, Amanda Cristina; DOS SANTOS, Karoline Alves; DE PASSOS, Sandra Godoi. Atuação do enfermeiro na assistência ao parto humanizado: revisão literária. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 5, n. 10, p. 113-123, 2022. Disponível em: http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/349/425. Acesso em 25 de nov. de 2023.

DOS SANTOS, Ana Beatriz Carvalho; SGRÓ, Annie Rebuli; APOLINÁRIO, Fabíola Vargas. AS CONDUTAS DE ENFERMAGEM NO MANEJO DOS ATOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE DA PARTURIENTE. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: http://reinpec.cc/index.php/reinpec/article/view/1185. Acesso em 25 de nov. de 2023.

HOLANDA, Karla Yvina Fernandes et al. ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA HUMANIZADA AO PARTO E NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA. In: **ANAIS DO I WORKSHOP REGIONAL INTERDISCIPLINAR SOBRE ESPECIALIDADES EM SAÚDE: CAMINHOS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO**. p. 24. 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://institutoproduzir.com.br/wp-content/uploads/2022/12/ANAIS-I-Workshop-Regional-Interdisciplinar-sobre-as-especialidades-em-saude-caminhos-para-pos-graduacao.pdf. Acesso em 25 de nov. de 2023.

MAKLOUF, Cristhian Conceição et al. Atribuições do enfermeiro frente à prevenção da violência obstétrica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e58111326628-e58111326628, 2022. Disponível em:

https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26628. Acesso em 25 de nov. de 2023.

MEDEIROS, Rita de Cássia da Silva; Nascimento, Ellany Gurgel Cosme do. “Na hora de fazer não chorou”: a violência obstétrica e suas expressões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, e71008, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/pYzdzkbVZN4Bth85wSkbgxC/. Acesso em: 26 set 2023.

MOURA, RAFAELA COSTA DE MEDEIROS; PEREIRA, THAYNÃ FONSECA; REBOUÇAS, FELIPE JAIRO; COSTA, CALEBE DE MEDEIROS; LERNADES, ANDRESSA MÔNICA GOMES; SILVA, LUZIA KELLY ALVES DA; ROCHA, KAROLINA DE MOURA MANSO DA. Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Enferm. foco** (Brasília) ; v. 9, n. 4, p. 60-65, dez. 2018. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1333/480. Acesso em 25 de nov. de 2023.

NASCIMENTO, Eliete Cristina Tavares**. Assistência de enfermagem no parto humanizado.** 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.feituverava.com.br/bitstream/123456789/3230/1/Eliete%20Cristina%20Tavares%20Nascimento.pdf. Acesso em 25 de nov. de 2023.

NASCIMENTO, Raphaela Correia; Souza, Ana Carolina Ferreira. A assistência do enfermeiro à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Distrito Federal, v. 11, n. 2, p. 149-162, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.36239/revisa.v11.n2.p149a162. Acesso em: 27 set 2023.

NORONHA, Kenya Valeria Micaela de Souza, et al. Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Caderno de saúde** pública, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/MMd3ZfwYstDqbpRxFRR53Wx/?lang=pt. Acesso em 25 de nov. de 2023.

OLIVEIRA, Alaide Liziane Lopes da Silva de; Daiane do Nascimento Paiva. Contribuições da enfermagem para prevenção da violência obstétrica. **Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos, Faculdade de Enfermagem,** Brasília. Disponível em: https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/945. Acesso em 27 set 2023.

OLIVEIRA, Alaide Liziane Lopes Da Silva; SOUZA, Daiane Do Nascimento Paiva Souza. **Contribuições da enfermagem para prevenção da violência obstétrica**. 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/945/1/Ala%C3%ADde%20Liziane%20Lopes%20da%20Silva%20de%20Oliveira_0010672_Daiane%20do%20Nascimento%20Paiva%20Souza_0010679%20%281%29.pdf. Acesso em 25 de nov. de 2023.

SANTOS, Gisele Vieira. **Atuação do enfermeiro nas medidas para prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa.** 2022. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/f09cd9ad-c0e8-4768-b2d0-fc3f4ac88396. Acesso em 25 de nov. de 2023.

SILVA, L. D. C.; PAVÃO, T. da C. A.; SOUZA, J. C. B.; FRIAS, L. de M. P. Diagnóstico precoce das cardiopatias congênitas: Uma revisão integrativa. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, *[S. l.]*, v. 9, 2018. Disponível em: https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/336. Acesso em 25 de nov. de 2023.

SOUSA, Kayo Henrique Jardel Feitosa, et al. Humanização nos serviços de urgência e emergência: contribuições para o cuidado de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/PX7vJwFyrRTsVm3jgMk8rRN/. Acesso em 25 de nov. de 2023.

SOUZA, Ana Cristina Oliveira; SILVA, Andreara de Almeida. Atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica - **PROCESSO DE CUIDAR EM SAÚDE E ENFERMAGEM DA MULHER, CRIANÇA E ADOLESCENTE. UNICAMP, V. 2,** 2022. DISPONÍVEL EM: HTTPS://ECONTENTS.BC.UNICAMP.BR/EVENTOS/INDEX.PHP/CCFENF/ARTICLE/VIEW/4739. Acesso em 25 de nov. de 2023.